

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Informações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2014

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das informações financeiras intermediárias

Aos Diretores e Acionistas da
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Paranaguá - Paraná

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Companhia”), em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de informações financeiras intermediárias.

Curitiba, 30 de setembro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049038/O-9

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/14	31/12/13	Passivo	Nota	30/06/14	31/12/13
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.048	6.454	Fornecedores		2.249	3.197
Contas a receber de clientes	5	8.970	7.762	Financiamentos e empréstimos	11	33.600	23.858
Impostos a recuperar	6	1.592	1.806	Arrendamento mercantil	13	1.674	1.812
Outras contas a receber		<u>2.096</u>	<u>1.385</u>	Impostos e contribuições a recolher		2.293	1.299
		<u>18.706</u>	<u>17.407</u>	Salários e férias a pagar		3.642	2.036
				Dividendos a pagar	14	888	2.127
				Outras contas a pagar		<u>24</u>	<u>7</u>
						<u>44.370</u>	<u>34.336</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	6	1.023	1.287	Financiamentos e empréstimos	11	65.670	77.026
Propriedades para investimentos	8	8.300	8.300	Arrendamento mercantil	13	2.712	3.590
Imobilizado	9	171.688	171.291	Provisão para contingências	12	746	679
Intangível	10	<u>13.023</u>	<u>11.554</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	13.189	12.184
		<u>194.034</u>	<u>192.432</u>	Mútuos com partes relacionadas	7	120	112
				Outras contas a pagar		<u>501</u>	<u>571</u>
						<u>82.938</u>	<u>94.162</u>
				Patrimônio líquido	15		
				Capital social		46.404	46.404
				Reservas de lucros		19.893	19.893
				Ajuste de avaliação patrimonial		14.544	15.044
				Lucros acumulados		<u>4.591</u>	<u>-</u>
						<u>85.432</u>	<u>81.341</u>
						<u>212.740</u>	<u>209.839</u>
		<u>212.740</u>	<u>209.839</u>				

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/14	30/06/13
Receita operacional líquida	16	43.548	34.517
Custos dos serviços prestados	17	<u>(28.816)</u>	<u>(24.639)</u>
Lucro bruto		14.732	9.878
Vendas	17	(510)	(270)
Administrativas e gerais	17	(3.292)	(2.695)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		<u>(405)</u>	<u>108</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos		<u>10.525</u>	<u>7.021</u>
Receitas financeiras	18	597	344
Despesas financeiras	18	<u>(4.942)</u>	<u>(5.457)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(4.345)</u>	<u>(5.113)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.180	1.908
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	6	<u>(2.089)</u>	<u>(930)</u>
Resultado do período		<u><u>4.091</u></u>	<u><u>978</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	30/06/14	30/06/13
Resultado do período	4.091	978
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>4.091</u>	<u>978</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2013	46.404	1.099	15.630	15.607	-	78.740
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	(500)	500	-
Resultado do período	-	-	-	-	978	978
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>46.404</u>	<u>1.099</u>	<u>15.630</u>	<u>15.107</u>	<u>1.478</u>	<u>79.718</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	46.404	1.347	18.546	15.044	-	81.341
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	-	(500)	500	-
Resultado do período	-	-	-	-	4.091	4.091
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>46.404</u>	<u>1.347</u>	<u>18.546</u>	<u>14.544</u>	<u>4.591</u>	<u>85.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	30/06/14	30/06/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	4.091	978
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	3.751	3.716
Provisões para contingências	272	109
Custo residual do bem baixado e ou alienado	819	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.005	930
Juros provisionados sobre empréstimos	5.215	-
	<hr/>	<hr/>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em contas a receber	(1.208)	1.661
(Aumento) redução em outros ativos	(233)	1.338
Redução em fornecedores	(948)	(21)
Aumento em contas a pagar e provisões	2.350	2.977
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(6.081)	(3.613)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.033	8.075
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(4.936)	(7.969)
Aquisições de intangível	(1.500)	(2.010)
Pagamentos por aquisição de controlada	-	(1.502)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(6.436)	(11.481)
	<hr/>	<hr/>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos distribuídos	(1.239)	-
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis captados	10.238	7.844
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis pagos	(12.002)	(6.434)
	<hr/>	<hr/>
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(3.003)	1.410
	<hr/>	<hr/>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(406)	(1.996)
	<hr/>	<hr/>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	6.454	9.768
No fim do período	6.048	7.772
	<hr/>	<hr/>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(406)	(1.996)
	<hr/>	<hr/>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Companhia” ou “Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios.

Ao longo dos últimos exercícios a Companhia vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo imobilizado com o objetivo de atender a crescente demanda de seus clientes, principalmente àqueles relacionados ao seguimento de armazenagem e movimentação de cargas frigoríficas. Desta forma, a Companhia teve um incremento de 131% na capacidade, aumentando de 13.000 toneladas (não revisado) em 2008 para 20.000 toneladas (não revisado) em meados de 2009 e 30.000 toneladas (não revisado) em 2010 em sua capacidade estática instalada. Para o financiamento destes investimentos, a Companhia tem utilizado recursos de curto e longo prazo captados junto a terceiros, principalmente, instituições financeiras (nota explicativa 11) e de arrendamento mercantil (nota explicativa 13). As projeções de resultados e geração de caixa, preparados pela Administração, efetuadas com base nos contratos em carteira existentes no encerramento do período, indicam que a Companhia terá condições de cumprir as obrigações de curto e longo prazo assumidas com instituições financeiras, consolidando e aumentando a lucratividade das suas operações.

Em 13 de abril de 2010, a Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, adquiriu 100% da participação no capital social da Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda. (“Controlada” ou “Refribrás”). Esta empresa tem por objetivo mercantil a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em contêineres, fardo, e outros, a granel ou solta, incluindo produtos congelados e resfriados, “*in natura*” ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização e outros. Em 31 de outubro de 2011 ocorreu a incorporação da controlada Refribrás pela Martini Meat. A incorporação faz parte da estratégia de reorganização societária das empresas e tem por objetivo simplificar a estrutura societária, possibilitando a captura de sinergias. Além disso, a incorporação busca a consolidação das atividades da Refribrás pela Martini Meat, que sucedeu aquela a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, tal como determina a legislação em processos societários dessa natureza. Como forma de ampliar a participação no mercado de cargas frigorificadas no município de Itajaí, no primeiro semestre de 2012, a Companhia realizou investimentos para ampliação do terminal de armazenagem e movimentação de cargas, desta forma o terminal terá um incremento em 64% na capacidade estática, aumentando de 11.000 toneladas (não revisado) do momento de aquisição da Refribrás para 17.000 toneladas (não revisado) com investimento total de R\$ 17.500. O início das operações ocorreu em julho de 2012.

Durante os exercícios de 2011 e 2012, a Companhia realizou investimentos para instalação de terminal de armazenagem e movimentação de cargas frigoríficas na cidade de Rio Grande (RS) (nota explicativa 9), com capacidade de 15.000 toneladas (não revisado) de capacidade estática, com investimento total de R\$ 48.000 e o início das operações ocorreu em março de 2012.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para a conclusão destas informações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia em 30 de setembro de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias estão incluídas nas notas explicativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 – Impairment;
- Nota 5 – Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 8 – Propriedades para investimentos;
- Nota 9 – Imobilizado;
- Nota 12 - Provisão para contingências;
- Nota 13 - Arrendamento mercantil;
- Nota 18 - Instrumentos financeiros.

3.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

– Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente a data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Reconhecimento de receita

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurado em conformidade com o regime contábil de competência

As receitas com serviços prestados são reconhecidos: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

(i) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 10.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial até a data de sua incorporação, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da empresa investida registrada por equivalência patrimonial.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida possuem amortização que é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de propriedades para investimento. O custo das propriedades para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essas propriedades para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

g. *Ativos arrendados*

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros incluindo recebíveis*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Benefícios a empregados

(i) *Planos de contribuição definida*

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. *Pagamento de arrendamentos*

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

l. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

m. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. *Novas normas de interpretação ainda não adotadas*

IFRS 9 Financial Instrument(Instrumento Financeiro)(2010), IFRS 9 Financial Instrument(Instrumento Financeiro) (2009)

O IFRS 9(2009) introduz um novo requerimento de classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob O IFRS 9(2009) ativos financeiros são classificados em mensurados baseados no modelo de negocio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9(2010 e 2009) é efetivo para exercício iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9(2010 e 2009) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

3.3 *Determinação do valor justo*

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) *Contas a receber de partes relacionadas*

O valor justo de contas a receber de partes relacionadas, por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representando pelo valor contábil. Esses valores são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre esses montantes não existe risco de crédito.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das informações financeiras.

3.4 *Gerenciamento de risco financeiro*

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com órgãos de fomento e desenvolvimento (BNDES), com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo BNDES.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/14	31/12/13
Caixa e bancos	855	1.479
Aplicações financeiras	<u>5.193</u>	<u>4.975</u>
	<u><u>6.048</u></u>	<u><u>6.454</u></u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 100% e 103,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber de clientes

	30/06/14	31/12/13
No país	5.319	4.196
Serviços a faturar	3.843	3.758
(-) Provisão para créditos duvidosos	<u>(192)</u>	<u>(192)</u>
	<u><u>8.970</u></u>	<u><u>7.762</u></u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/06/14	31/12/13
A vencer	8.861	7.265
Vencidos há 30 dias	107	539
Vencidos de 31 a 90 dias	74	66
Vencidos acima de 90 dias	120	84
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(192)	(192)
	8.970	7.762

6 Impostos a recuperar e diferidos

a. Impostos a recuperar

	30/06/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	1.042	556
PIS e COFINS a recuperar	1.573	2.537
	2.615	3.093
(-) Ativo circulante	(1.592)	(1.806)
Não circulante	1.023	1.287

As antecipações de imposto de renda e contribuição social serão compensadas no curso normal de sua operação no decorrer dos próximos doze meses.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia tem contabilizado impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e sua Administração considera que estes serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que deram origem combinadas com a geração de lucros tributários futuros. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas trimestralmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	30/06/14	31/12/13
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	801	732
Ajuste líquido decorrente da adoção inicial Lei 11.638/07	(314)	-
Custos de empréstimos (CPC 20)	(409)	-
	78	732
Passivo não circulante		
Custos de empréstimos (CPC20)	-	353
Ajuste de custo atribuído (CPC27)	13.267	12.563
	13.267	12.916
	13.189	12.184

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	30/06/14	31/12/13
Resultado antes de impostos	<u>6.180</u>	<u>7.501</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	<u>(2.101)</u>	<u>(2.550)</u>
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	(22)	(36)
Outros	<u>34</u>	<u>38</u>
	<u>(2.089)</u>	<u>(2.548)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Corrente	(1.084)	(417)
Diferido	<u>(1.005)</u>	<u>(2.131)</u>
	<u>(2.089)</u>	<u>(2.548)</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas, companhia controlada e outras companhias relacionadas, de acordo com os termos descritos abaixo:

a. Saldos e transações

	30/06/14	31/12/13
Passivo não circulante		
Ouro Verde Transp. e Loc. S/A(relacionada)	10	12
Serenata Adm. de Bens Ltda. (relacionada)	<u>110</u>	<u>100</u>
	<u>120</u>	<u>112</u>

Os contratos de mútuo destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de junho de 2014 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 325 (R\$ 472 em 2013). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

8 Propriedades para investimentos

	30/06/14	31/12/13
Terrenos para investimento	<u>8.300</u>	<u>8.300</u>
	<u><u>8.300</u></u>	<u><u>8.300</u></u>

Referem-se aos terrenos não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização do capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo e utilização da prática do “custo atribuído”, conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10, para registro do saldo inicial destes ativos, na data de transição, sendo que os efeitos decorrentes dessa avaliação, efetuada por especialistas externos, foram registrados na conta de outros resultados abrangentes e serão transferidos para a conta de lucros acumulados à medida que estes ativos forem alienados ou baixados em contrapartida ao resultado.

9 Imobilizado

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Obras em andamento	Terrenos	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de dezembro de 2013	91.978	3.015	71.439	2.939	6.963	10.489	7.657	194.480
Adições	169	33	1.728	394	-	2.612	-	4.936
Baixas	-	-	(1.286)	(48)	-	(4)	-	(1.338)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2014	<u>92.147</u>	<u>3.048</u>	<u>71.881</u>	<u>3.285</u>	<u>6.963</u>	<u>13.097</u>	<u>7.657</u>	<u>198.078</u>
Depreciação:								
Em 31 de dezembro de 2013	(5.644)	(566)	(14.085)	(1.488)	(1.406)	-	-	(23.189)
Despesas de depreciação no período	(886)	(29)	(2.120)	(444)	(241)	-	-	(3.720)
Baixas	-	-	481	38	-	-	-	519
Em 30 de junho de 2014	<u>(6.530)</u>	<u>(595)</u>	<u>(15.724)</u>	<u>(1.894)</u>	<u>(1.647)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.390)</u>
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2013	86.334	2.449	57.354	1.451	5.557	10.489	7.657	171.291
Em 30 de junho de 2014	85.617	2.453	56.157	1.391	5.316	13.097	7.657	171.688
Taxas da depreciação % a.a.:	2 a 4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	4 a 25	0	0	

10 Intangível

	Taxa anual de amortização (%)	30/06/14		31/12/13
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Refribrás Armazéns				
Frigoríficos Ltda. (a)	-	3.675	-	3.675
Sistemas SAP				
Implantação em andamento	0	9.185	-	9.185
Sistemas de processamento de dados	20	447	(284)	163
		<u>13.307</u>	<u>(284)</u>	<u>13.023</u>
				<u>11.554</u>

a. **Ágio na aquisição – Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Pelo fato de não existir diferentes níveis de segmento operacional e unidades geradora de caixa (UGC) na operação da controlada adquirida, o ágio não foi alocado e foi considerado em sua totalidade na operação da controlada.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado, sendo então efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável.

Atualmente, dentro do contexto societário da Companhia após a realização da incorporação da Refribrás em 31 de outubro de 2011, tal ágio proporciona dedutibilidade fiscal.

11 Financiamentos e empréstimos

Natureza	Encargos	30/06/14	31/12/13
BNDES	8% ao ano e TJLP + juros de 3,44% a 10,75% ao ano	59.089	56.017
FINAME	TJLP + juros de 2% a 10,75% ao ano	6.406	7.210
FINIMP	Euro + 6,99% ao ano a 8,90% ao ano e Dólar + 4,81% ao ano	1.852	167
Capital de giro e conta garantida	1% ao mês e CDI + juros de 0,30% a 0,39% ao mês	31.923	37.490
		<u>99.270</u>	<u>100.884</u>
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(33.600)</u>	<u>(23.858)</u>
Passivo não circulante		<u>65.670</u>	<u>77.026</u>

Em 30 de junho de 2014 os empréstimos e financiamentos com natureza BNDES e FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 65.495, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 31.923, Os empréstimos e financiamentos com natureza FINIMP estão garantidos pelo aval do sócio majoritário no valor de R\$ 1.852.

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/06/14			31/12/13
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	1.554	(679)	875	764
Tributários	803	(932)	(129)	(85)
	<u>2.357</u>	<u>(1.611)</u>	<u>746</u>	<u>679</u>

Movimentação dos processos no período

	31/12/13	30/06/14		
	Saldo	Adição a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	1.443	179	(68)	1.554
Tributária	710	93	-	803
	<u>2.153</u>	<u>272</u>	<u>(68)</u>	<u>2.357</u>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 5.689 (R\$ 4.701 em 2013), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13 Arrendamento mercantil (arrendatário)

A Companhia possui, em 30 de junho de 2014, R\$ 7.862 (custo) contabilizados como ativo imobilizado (principalmente conjuntos industriais para o complexo frigorífico e empilhadeiras elétrica e a gás), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 36 a 60 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Em 30 de junho de 2014, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	1.674	568	2.242
Entre um a dois anos	1.596	524	2.120
Entre dois e três anos	1.116	428	1.544
	<u>4.386</u>	<u>1.520</u>	<u>5.906</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam de 0,86% a 1,38% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2014 o capital social é de R\$ 46.404 (R\$ 46.404 em 31 de dezembro de 2013) totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações (46.403.767 ações em 2013) com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda., cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado no encerramento do exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 30 de junho de 2014 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de terrenos, registrados na data de transição para os CPCs, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

15 Receita operacional líquida

	30/06/14	30/06/13
Serviços prestados	49.048	38.884
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(5.490)	(4.337)
Devoluções e abatimentos	(10)	(30)
	43.548	34.517

16 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	30/06/14	30/06/13
Despesa com benefícios a empregados	(14.250)	(11.412)
Serviços de terceiros	(3.030)	(2.197)
Despesas de depreciação e amortização	(3.720)	(3.716)
Despesas com energia elétrica	(3.883)	(2.951)
Manutenção e reparos	(2.360)	(1.649)
Locação e estadias do porto	(1.059)	(912)
Fretes	(316)	(423)
Combustíveis e lubrificantes	(720)	(598)
Outros	(3.280)	(3.746)
	(32.618)	(27.604)

	30/06/14	30/06/13
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:		
Custos dos serviços prestados	(28.816)	(24.639)
Despesas com vendas	(510)	(270)
Despesas administrativas e gerais	(3.292)	(2.695)
	(32.618)	(27.604)
	(32.618)	(27.604)

17 Despesas financeiras, líquidas

	30/06/14	30/06/13
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.601)	(3.269)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(2.111)	(1.850)
Outros	(230)	(338)
	(4.942)	(5.457)
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	597	344
	(4.345)	(5.113)
	(4.345)	(5.113)

18 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

		30/06/14	31/12/13
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/valor justo
Ativos			Saldo contábil/valor justo
Caixa e bancos	4	855	1.479
Aplicações financeiras	4	5.193	4.975
Contas a receber de clientes	5	8.970	7.762
		15.018	14.216
		15.018	14.216
Passivos			
Fornecedores		2.249	3.197
Financiamentos e empréstimos	11	99.270	100.884
Arrendamento mercantil	13	4.386	5.402
		105.905	109.483
		105.905	109.483

- Aplicações financeiras - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A Companhia vem realizando prospecção de novos clientes com o objetivo de diversificação (pulverização do risco).

A Companhia considera remota a descontinuidade das operações dos atuais clientes, por considerar as vantagens logísticas de Paranaguá, atuais e futuras, com tendência de incremento nas movimentações de cargas.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realizou operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira, são afetadas pelas variações do câmbio, especificamente do euro. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e um incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa de referência CDI utilizada no cálculo do cenário provável foi de 11%.

Redução da taxa do CDI

Descrição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras Impacto no resultado	CDI	Baixa do CDI	5.193	571	428 (143)	286 (285)
Capital de giro e conta garantida Impacto no resultado	CDI	Alta do CDI	31.923	3.512	2.634 878	1.756 1.756
Impacto final no resultado					<u>735</u>	<u>1.471</u>

Aumento da taxa do CDI

Descrição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras Impacto no resultado	CDI	Baixa do CDI	5.193	571	714 143	857 286
Capital de giro e conta garantida Impacto no resultado	CDI	Alta do CDI	31.923	3.512	4.390 (878)	5.268 (1.756)
Impacto final no resultado					<u>(735)</u>	<u>(1.470)</u>

A Companhia não espera mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 podem ser assim sumarizados:

	30/06/14	31/12/13
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 11) e arrendamentos mercantis (nota explicativa 13)	103.656	106.286
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 4)	(6.048)	(6.454)
Dívida líquida	97.608	99.832
Patrimônio líquido	85.432	81.341
	183.040	181.173
Índice de alavancagem financeira	53%	55%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 30 de junho de 2014			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 11)	33.600	18.786	46.884
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 13)	1.674	1.519	1.193
Fornecedores	2.250	-	-
	43.895	20.305	48.077
Em 31 de dezembro de 2013			
Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 11)	23.858	23.853	53.173
Arrendamentos mercantis (nota explicativa 13)	1.812	1.845	1.745
Fornecedores	3.197	-	-
	28.867	25.698	54.918

19 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 208.968 para danos materiais e R\$ 74.200 para cobertura predial, R\$ 758 para risco civil operador portuário, R\$ 500 para responsabilidade civil/ambiental e R\$ 200 para danos materiais de automóveis.

20 Lei 12.973/14

A conversão em Lei (12.973/2014) em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irrevogável. A Companhia está avaliando junto a seus assessores jurídicos e controladores a matéria e, até a aprovação destas informações financeiras intermediárias não possui expectativas de que tal conclusão irá gerar impactos financeiros e contábeis nas suas informações financeiras.

* * *